



Transparência, Dignidade e Trabalho.

Prefeitura Municipal de Botucatu

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA QUE TRATA SOBRE O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) PARA O EXERCÍCIO DE 2024, CONFORME PRECEITUA O ARTIGO 48 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.

No décimo nono dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, às dezoito horas, no Plenário da Câmara Municipal de Botucatu, localizado a Praça Comendador Emílio Pedutti, nº. 112, Edifício "Vereador Abílio Dorini", foi realizada Audiência Pública, para tratar sobre o processo de elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2024, conforme preceitua o artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Houve transmissão ao vivo, através dos canais 31.3 (TV Câmara – rede aberta) e 2 (NET – por assinatura), e, assegurado a participação popular presencial e online através do Facebook e Whatsapp (14-99610-1981), ambos da Câmara Municipal. A audiência foi promovida pela Secretaria Municipal de Governo, cujos trabalhos foram conduzidos pelo Secretário Municipal de Governo, Sr. Fábio Vieira de Souza Leite. O Secretário iniciou explanando que a peça orçamentária 2024 foi baseada no artigo 165, 166 e 166-A da Constituição Federal, artigo 5º ao 7º da Lei de Responsabilidade Fiscal, da Lei de Finanças Públicas e artigos 32, 111 e 111-A da Lei Orgânica do Município. Ressaltou sobre a importância da proposta do Projeto de Lei Orçamentária Anual que estima as receitas e fixa as despesas, estando estas compatíveis com o Projeto de Lei do Plano Plurianual (PPA 2022-2025) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024. A previsão do orçamento bruto municipal para o exercício de 2024 poderá alcançar o montante de R\$ 790.877.500,00 (Setecentos e noventa milhões, oitocentos e setenta e sete mil e quinhentos reais), porém o valor apresentado será de R\$ 726.533.500,00 (Setecentos e vinte e seis milhões, quinhentos e trinta e três mil e quinhentos reais) em observância a Lei Federal n.º

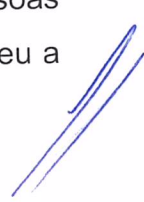
14.113/2020 tendo em vista a retenção no valor de R\$ 64.344.000,00 (Sessenta e quatro milhões, trezentos e quarenta e quatro mil reais) para composição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB. Foi demonstrada a evolução do orçamento municipal nos últimos 10 anos, esclarecido os conceitos de receitas e despesas correntes e de capital, o montante projetado das principais receitas a serem arrecadadas, e sua alocação nas Unidades Gestoras (Câmara Legislativa, Prefeitura Municipal e Instituto de Previdência), bem como os valores destinados a cada unidade orçamentária da Prefeitura de Botucatu. Por último, foi apresentado com base nas possíveis receitas a serem arrecadadas, os mínimos constitucionais em educação e saúde. Após a explanação, a palavra foi aberta para manifestação dos munícipes presentes e online (Facebook e Whatsapp). Houve questionamento formulado pelo Presidente da Câmara, Srº Cula, via facebook, se a contratação dos 54 (cinquenta e quatro) guardas municipais e as emendas impositivas constam na LOA, bem como se existe alguma dificuldade de arrecadação; o Srº Fábio Leite respondeu que já estão contempladas as despesas de pessoal dos guardas municipais e as emendas impositivas - limitadas a 1,2 da Receita Corrente Líquida, no valor de aproximadamente R\$ 650.000,00 (Seiscentos e cinquenta mil reais) para cada vereador, sendo obrigatória a destinação de 50% do valor para a área da saúde; ressaltou que a arrecadação no exercício de 2023 tem sido satisfatória, exceto a queda do repasse do ICMS, porém, no cômputo geral não há destaques negativos para as receitas. O vereador Aberlado perguntou qual é a situação dos precatórios e se as funções gratificadas criadas para a Secretaria de Habitação estão contidas na presente LOA; o Srº Fábio respondeu que os precatórios estão sendo pagos dentro do prazo e que os precatórios para 2024 já estão contemplados na peça orçamentária apresentada, e que não tem a informação precisa das funções gratificadas. O vereador Palhinha perguntou em qual pasta se encontra a Secretaria Adjunta de Turismo e qual o valor destinado para a pasta; o Secretário de Governo respondeu que a pasta está contida nos números apresentados da Secretaria de Desenvolvimento, montante de R\$ 5.025.500,00 (cinco milhões, vinte e cinco mil e quinhentos reais) e na peça orçamentária o valor do Departamento de Turismo é de R\$ 2.332.500,00 (dois milhões, trezentos e trinta e dois mil e quinhentos reais). O Srº Nilton César Andrade perguntou se há previsão no orçamento da Secretaria de Segurança Pública para a contratação dos 54 novos guardas e a infraestrutura para manutenção das atividades; O Secretário de Governo informou que na



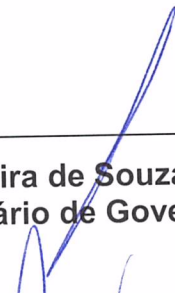
proposição da LOA não há detalhamento das compras que serão realizadas, sendo possível verificar tal detalhamento no Plano de Contratação Anual, mas na rubrica de vencimentos, valor de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), já contempla a contratação dos 54 novos GCM's, salientou que valores poderão ser suplementados durante o exercício em virtude de possíveis emendas parlamentares ou excesso de arrecadação. O Srº Nilton perguntou sobre o aumento do valor da pasta da Segurança e se foi apenas na rubrica de vencimentos; o Srº Fábio respondeu que o orçamento aumentou de forma geral, mas a rubrica de vencimentos que teve um aumento mais significativo. O vereador Marcelo Sleiman perguntou qual a data que a LOA será encaminhada para a Câmara; O Sr. Fábio respondeu que a data limite é até o final de setembro, mas vai tentar antecipar a entrega, ressaltou ainda sobre a participação dos secretários na elaboração da peça orçamentária, tendo em vista a elaboração e detalhamento do Plano de Contratação Anual da nova Lei de Licitações. A Srª Natália perguntou sobre o aumento da Secretaria de Esportes; o Srº Fábio Leite respondeu que em determinados exercícios algumas pastas têm aumentos mais significativos em relação às demais, no caso do Esporte houve um aumento na utilização dos polos esportivos; O Sr. Geraldo Manoel Tucão se manifestou via facebook e disse que precisa de mais verbas para a área da saúde; o Sr. Fábio respondeu que houve um aumento na Secretaria de Saúde de aproximadamente R\$ 11.000.000,00 (onze milhões) e que já consta o investimento da construção, compra de equipamentos e custeio do Hospital do Bairro. O Sr. Nilton perguntou sobre a arrecadação e destinação da Contribuição de Iluminação Pública – CIP, bem como a manutenção da iluminação pública de Botucatu; O Sr. Fábio respondeu que a projeção de receita da CIP para 2024 é de R\$ 13.350.000,00 (treze milhões e trezentos e cinquenta mil reais) oriunda de um percentual constante nas contas da CPFL para custear a energia pública, podendo oscilar todo mês em decorrência da variação da tarifa, Botucatu utiliza parte dessa contribuição para pagar contas de luz da iluminação pública e a outra parte é utilizada para investimentos, por exemplo, compra de led e substituições pertinentes, ressaltou ainda sobre o procedimento de firmar contrato via Parceria Pública Privada – PPP para executar serviços inerentes a iluminação pública, dentre elas a troca das lâmpadas existentes por led, levando a uma queda, em média de 50%, das contas de iluminação pública do município, além da construção de uma usina fotovoltaica. O Sr. Geraldo Manoel Tucão perguntou como é destinada a verba pública para Botucatu e que tem dificuldade em marcar consulta nos postos de



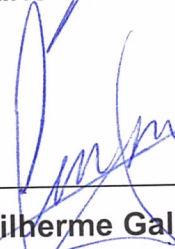
atendimento; O vereador Abelardo enfatizou que os valores apresentados para a saúde são referentes aos serviços prestados pelo município e não contempla ações do HC, pois este é de responsabilidade do Estado; O vereador Lelo Pagani perguntou se já está previsto no orçamento o custo para as novas unidades básicas de saúde e para o Hospital Municipal do Bairro; o Secretário de Governo informou que os valores destinados para ações da saúde para 2024 é de R\$ 147.187.000,00 (cento e quarenta e sete milhões, cento e oitenta e sete mil reais) e a organização e gestão da pasta é do Secretário de Saúde, Sr. Marcello Felicio, para ações de responsabilidade do município ; tanto as unidades básicas quanto o hospital do bairro, compra de equipamentos e custeio, já constam no Plano de contratação anual e neste orçamento apresentado. O Sr. Fabrício Serafim perguntou se Botucatu faz reunião participativa com a população nos bairros; o Secretário de Governo respondeu que a participação popular é feita diretamente com os responsáveis pela Secretarias e transmitidas para o Governo, ressaltou que está disponível no site da Prefeitura de Botucatu a opção de sugestões para as peças orçamentárias – PPA, LDO e LOA. A Sr Natália perguntou por que o orçamento do Gabinete do Prefeito têm valores expressivos e não é tão claro; o Sr. Fábio Leite respondeu que todos os fundos (fundo de solidariedade, fumabom, fundo da pessoa com deficiência, idoso, cmdca), defesa civil, ouvidoria, controle interno e departamento de projetos estão alocados na Unidade Orçamentária Gabinete do Prefeito. O vereador Lelo Pagani perguntou se há previsão de entrega da PPP do lixo; o Secretário de Governo respondeu que a PPP do lixo não está prevista nesta peça orçamentária, pois está na fase de escolha das proposições para embasar o processo licitatório. O Sr. Nilton questionou sobre o valor que cada morador paga de CIP, pois segundo os cálculos que fez sai mais cara a taxa de iluminação que eles pagam do que o valor que consome na própria residência, não sendo viável firmar uma PPP para tratar desse assunto, por fim, solicitou uma cópia do material apresentado. O Sr. Fábio Leite respondeu que o material apresentado será encaminhado para a Câmara e publicizado, conforme os preceitos legais, explicou ainda que a gestão do parque de iluminação pública de Botucatu é operacionalizada via CPFL através de uma liminar concedida, a PPP em questão fará investimentos no município de valores altos e de forma imediata, algo que o município não consegue executar da mesma forma, ressaltou que o prazo de concessão é de 25 anos. Em média 18 pessoas se mantiveram conectadas pelo Facebook e 8 pessoas de forma presencial. Nada mais havendo para tratar, o Secretário agradeceu a



presença de todos, informou que há no site da Prefeitura a opção de sugestão para as peças orçamentárias e declarou encerrada a audiência. Eu, Luís Guilherme Gallerani, Secretário Adjunto de Assuntos da Fazenda, lavrei a presente ata que assino juntamente com o Sr. Secretário Municipal de Governo.



Fábio Vieira de Souza Leite
Secretário de Governo



Luís Guilherme Gallerani
Secretário Adjunto de Assuntos da Fazenda

